



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

PREGÃO
ELETRÔNICO
N.º 048/2026 - SERMALI

CONTRATANTE (UASG)

Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais – UASG N.º 987885
Pregoeiro Maycon Luca Boeira e equipe de apoio, designados mediante Decreto Municipal n.º 6.951, de 11 de dezembro de 2025.

OBJETO

Registro de Preços para contratação de empresas para fornecimento de utensílios.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 468.455,64 (quatrocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 19/05/2026 às 9h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA:

Aberto.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

PREGÃO ELETRÔNICO N° 048/2026

O Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, através da Secretaria Municipal de Recursos Materiais e Licitações, no uso de suas atribuições legais, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n.º 5.807, de 29 de dezembro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS** para contratação de empresas para fornecimento de utensílios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no Anexo II – Orçamento da Administração, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item da proposta.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Município de São José dos Pinhais não permitirá adesão às Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas futuras correrão por conta da rubrica 33.90.30.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2/46



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

4.5. A participação será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

4.5.1. Em cumprimento aos incisos I e III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações, conforme Anexo II, a participação no certame será:

- a) EXCLUSIVA às pessoas jurídicas enquadradas ou equiparadas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, desde que declarem no campo próprio do sistema tal condição.
- b) Cota Principal (ampla concorrência) – são destinados a todos os interessados que atendam aos requisitos do edital.
- c) Cota Reservada – são RESTRITOS à participação de pessoas jurídicas enquadradas ou equiparadas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sem prejuízo da sua participação na cota principal.

4.5.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. O tratamento de favorecimento para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, seguirão os limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

4.7.10. Sociedades Cooperativas;

4.7.11. Pessoas Físicas;

4.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.8. O impedimento de que trata o item 4.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2 e 4.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens 4.7.2 e 4.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.13. A vedação de que trata o item 4.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

5.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente pelo e-mail pregoeiros.sermali@sjp.pr.gov.br (aos cuidados do Pregoeiro - Maycon Luca Boeira).

5.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

5.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Autoridade Competente, nos autos do processo de licitação.

5.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá após as fases de apresentação de propostas de lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

6.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

6.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item; em algarismo, com 2 (duas) casas decimais;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Quantidade cotada.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.2.2. Quando o descritivo cadastrado no COMPRASGOV não corresponder ao especificado no Edital, o fornecedor deverá considerar apenas o disposto no Edital – ANEXO II.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

7.5.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.5.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

7.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Município, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

- 8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item em algarismo com 2 (duas) casas decimais.
- 8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 8.10. O procedimento seguirá o modo de disputa:
- 8.11. “**ABERTO**”, sendo que neste modo de disputa os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

8.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

8.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

8.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.19.2. Em igualdade de Condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.19.2.2. Empresas brasileiras;

8.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

8.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.19.3. Persistindo o empate, a classificação se fará, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

8.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

8.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>);

9.1.3. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

9.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

9.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

9.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

9.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.2 e 6.5 deste edital.

9.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.4.1. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.4.1.1. Contiver vícios insanáveis;

9.4.1.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.4.1.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.4.1.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.4.1.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, **poderá ser substituída pelo registro cadastral do SICAF**, ou apresentada conforme elencado:

10.1.1.1. **Habilitação Jurídica:**



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores
- d) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.1.1.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.1.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Conjunta Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangente ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando situação regular.
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede ou domicílio da licitante.
- c) Certidão(ões) que comprove(m) regularidade dos Tributos Municipais do domicílio ou sede da licitante.
- d) Certidão de regularidade de CRF – perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
- e) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho, em plena validade emitida através do site <http://www.tst.jus.br/certidao>.

10.1.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão(ões) negativa(s) de pedido(s) de Falência, emitida(s) pelo(s) distribuidor(es) judicial(is) da sede da empresa, emitida(s) com antecedência máxima de 90 (noventa) dias.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

10.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

10.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,

14/46



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico oficial do Município de São José dos Pinhais: http://servicos.sjp.pr.gov.br/servicos/compras/controller/edital_lic/.

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO

12.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante declarado vencedor e homologará o procedimento licitatório.

12.1.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar a(o) instrumento contratual no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.2. Previamente a emissão do instrumento contratual, será efetuada consulta quanto a regularidade fiscal do adjudicatário junto ao Município de São José dos Pinhais (<https://financas.sjp.pr.gov.br/contribuinteGateway/#/certidao>)

12.1.3. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o instrumento contratual estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

12.2. Poderá o licitante classificado em primeiro lugar ser desclassificado até o momento da assinatura do Instrumento Contratual, se o Município tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal e trabalhista, habilitação jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Nesse caso, convocar-se-ão os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

12.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

12.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

12.5. Será dada prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Portal da Transparência do Município.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no portal de Transparência do Município e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8. A validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por período igual ao inicialmente fixado, mediante anuência do fornecedor e desde que comprovado o preço vantajoso, cuja prorrogação será formalizada por meio de termo aditivo.

13.8.1. Esgotados os quantitativos ou previsão de gastos da Ata de Registro de Preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra acumulação de saldos entre os períodos.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após a habilitação, e exaurida a fase recursal quando houver, os licitantes serão consultados os via CHAT do COMPRASGOV, quanto ao interesse de participar da formação do cadastro reserva, o qual será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo:

14.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

14.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.2.1. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

14.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5. Fraudar a licitação



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro no [art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

15.3. Em caso de aplicação de multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da comunicação oficial.

15.3.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do objeto licitado.

15.3.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do objeto licitado.

15.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.5. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão previamente instituída, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, nos termos da Lei 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal n.º 5.807, de 2023.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Serão divulgados os atos da sessão pública no sistema eletrônico Comprasgov.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. Qualquer informação a respeito deste Edital será fornecida aos interessados pela SERMALI/DILIC, localizada na Rua Passos de Oliveira, 1101 – Centro - São José dos Pinhais/PR, telefone (41) 3381-6888, (41) 3381-6670 e/ou e-mail pregoeiros.sermali@sjp.pr.gov.br em dias úteis, no horário compreendido das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Orçamento da Administração/Preço Máximo/Especificações Técnicas

ANEXO III – Modelo da Carta Proposta

ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços

São José dos Pinhais, 30 de abril de 2026.

ANDRÉ GABARDO

Secretário Municipal de Recursos Materiais e Licitações

ABILIO ARTHUR ALVES

Secretário Municipal de Assistência Social



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

https://sisazul.sjp.pr.gov.br/webapp/portaltransparencia/wp_licitacao



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ANEXO II

ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO/PREÇO MÁXIMO/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Conforme o inciso I do artigo 48 da Lei Complementar 123/2006 e alterações, os itens abaixo são destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	134236-(AÇUCAREIRO EM VIDRO C/ TAMPA BICO DOSADOR EM AÇO INOX)-AÇUCAREIRO DE VIDRO, COM TAMPA DE BICO DOSADOR DE AÇO INOX. Tamanho aprox.: 14 cm (BR403687).	UNIDADE	50,00	19,88	994,00
2	113918-(ASSADEIRA QUADRADA EM VIDRO C/ TAMPA PLASTICA - CAP MIN 1300 ML)-Assadeira quadrada em vidro, incolor, com tampa plástica de cores sortidas, capacidade mínima de 1300ml. (BR260723).	UNIDADE	20,00	40,15	803,00
3	104433-(ASSADEIRA RETANGULAR EM ALUMINIO C/ ALCAS 320X450 MM)-Assadeira de alumínio formato retangular com alças. Medidas aproximadas entre 45x32 cm (BR441335).	UNIDADE	12,00	65,56	786,72
4	118261-(ASSADEIRA RETANGULAR EM ALUMINIO C/ BORDA ALTA 270X180X50 MM)-Assadeira, retangular com borda alta, em alumínio polido, pequena. Tamanho mínimo (27 x 18 x 5 cm). (BR301067).	UNIDADE	10,00	27,29	272,90
5	118264-(ASSADEIRA RETANGULAR EM ALUMINIO C/ BORDA ALTA 350X240X50 MM)-Assadeira, retangular com borda alta, em alumínio polido, media. Tamanho mínimo (35 x 24 x 5 cm). (BR301069).	UNIDADE	10,00	37,57	375,70
6	113919-(ASSADEIRA RETANGULAR EM VIDRO - CAP MIN 3000 ML)-Assadeira retangular em vidro, incolor, capacidade mínima de 3000ml. (BR260723).	UNIDADE	20,00	49,26	985,20
7	104287-(BACIA PLASTICA CANELADA 155X505 MM - DIVERSAS CORES - CAP 18 L)-BACIA PLASTICA CANELADA 155X505 MM - DIVERSAS CORES - CAP 18 L (BR292588).	UNIDADE	50,00	38,32	1.916,00
8	104289-(BACIA PLASTICA CANELADA 200X530 MM - DIVERSAS CORES - CAP 30 L)-BACIA PLASTICA CANELADA 200X530 MM - DIVERSAS CORES - CAP 30 L (BR405455).	UNIDADE	30,00	28,89	866,70
9	107743-(BACIA PLASTICA LISA - DIVERSAS CORES - CAP 8 L)-BACIA DE PLÁSTICO, redonda, capacidade aprox.8,0 litros. Cores diversas. (BR460659).	UNIDADE	50,00	20,87	1.043,50
10	106234-(BANDEJA LAMINADA N° 7 430X500 MM - COR PRATA)-BANDEJA	UNIDADE	50,00	5,00	250,00



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
	LAMINADA 430X500 MM - COR PRATA (BR232797).				
11	113923-(BANDEJA PLASTICA 30X300X430 MM - COR BRANCO - TIPO FAST-FOOD)-Bandeja plástica Fast-Food, cor branca. Tamanho mínimo (43 x 30 x 3 cm). (BR416486).	UNIDADE	50,00	27,05	1.352,50
12	105565-(BAU PLASTICO C/ TAMPA 340X390X490 MM - DIVERSAS CORES - CAP 38 L)-BAU PLASTICO C/ TAMPA 340X370X520 MM - CAP 38 L - Confeccionado em plastico resistente, c/ tampa abobodada (cores diversas). O baú c/ tampa deve ter dimensões aproximadas de 34x37x52 cm e capacidade de 38 litros. para transporte e acondicionamento de materiais diversos. Validade indeterminada. (BR416057).	UNIDADE	100,00	47,78	4.778,00
13	118288-(BORRACHA P/ VEDACAO DE PANELA DE PRESSAO - CAP 10 L)- Borracha para tampa da panela de pressão de 10 litros (BR602353).	UNIDADE	20,00	13,99	279,80
14	118289-(BORRACHA P/ VEDACAO DE PANELA DE PRESSAO - CAP 4,5 L)- Borracha para tampa da panela de pressão de 4,5 litros (BR602353).	UNIDADE	20,00	7,28	145,60
15	105888-(BORRACHA P/ VEDACAO DE PANELA DE PRESSAO - CAP 7 L)- BORRACHA P/ VEDACAO DE PANELA DE PRESSAO - CAP 7 L (BR602353).	UNIDADE	20,00	9,55	191,00
16	105716-(BULE EM ALUMINIO C/ TAMPA/ALCA - CAP 3 L)-BULE em alumínio com tampa, alça de baquelite antitérmico fixado por parafusos de aço inox. Capacidade minima 3 litros. (BR303147).	UNIDADE	20,00	50,65	1.013,00
17	113928-(CAIXA PLASTICA C/ TAMPA P/ ALIMENTOS 140X290X400 MM - COR BRANCO - CAP 11 L)-Caixa plástica para alimentos, retangular, capacidade 11 litros, com tampa, cor branca (40 x 29 x 14 cm). (BR469824).	UNIDADE	30,00	27,05	811,50
18	113926-(CAIXA PLASTICA C/ TAMPA P/ ALIMENTOS 115X230X340 MM - COR BRANCO - CAP 6,5 L)-Caixa plástica para alimentos, retangular, capacidade 6,5 litros, com tampa, cor branca (34 x 23 x 11,5 cm). (BR355809).	UNIDADE	80,00	19,33	1.546,40
19	111343-(CAIXA PLASTICA EM PEAD C/ FUNDO VAZADO 280X320X515 MM - DIVERSAS CORES - CAP 46 L)- Caixa plástica com capacidade aproximada de Capacidade: 46 litros. Dimensões externas LxCxA: 55,6x36x31,5 cm. Dimensões internas LxCxA: 51,5x32x28 cm. Peso: aproximado 1,75 kg. Material: PEAD - Polietileno de alta densidade. Empilhável Com ombreiras. Espaço para gravação	UNIDADE	30,00	56,26	1.687,80

22/46



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
	nos 4 lados. Colunas e fundo internos arredondados. Permite disposição que reduz em 33% o volume de retorno. Fundo bolinha (vazado). Diversas cores. (BR469824).				
20	117673-(CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA C/ TAMPA 564X385X371 MM - CAP APROX 56,1 L)-CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA C/ TAMPA 56,1 LCaixa organizadora plástica de alta resistência, com tampa e presilhas, modelo alto, capacidade de aproximadamente 56,1 litros. Dimensões: 56,4 x 38,5 x 37,1cm aproximadamente. (BR440739).	UNIDADE	3,00	91,31	273,93
21	113925-(CAIXA PLASTICA P/ ALIMENTOS 80X300X450 MM - COR BRANCO - CAP 7 L)-Caixa plástica para alimentos (tipo bandeja), capacidade 7 litros, funda, retangular, cor branca (45x30x8). (BR469824).	UNIDADE	50,00	17,67	883,50
22	118271-(CAIXA PLASTICA P/ FRIGORIFICO/PESCADO 190X430X660 MM - COR BRANCO - CAP 40 L)-Caixa plástica para frigorífico ou pescados, empilhável e encaixável, material polietileno de alta densidade - PEAD, (19 x 43 x 66 cm), capacidade 40 litros, cor branca. (BR469824).	UNIDADE	20,00	78,30	1.566,00
23	106195-(CAIXA PLASTICA TERMICA - CAP 30-40 L)-Caixa termica com capacidade entre 30 e 40 litros, em plastico lavável, com trava de vedação, alça lateral para transporte (sem rodas), com exterior texturizado para resistir a impacto, resistente a manchas e odores. (BR285574).	UNIDADE	20,00	87,72	1.754,40
24	137165-(CESTO TELADO C/ TAMPA P/ ROUPA SUJA - CAP 60 L)-Cesto redondo telado com tampa, ideal para lavanderia, banheiro e quarto.fabricado em plástico resistente com 60 litros. (BR469632).	CAIXA	20,00	41,90	838,00
25	107729-(CHALEIRA EM ALUMINIO C/ TAMPA - CAP 4 L)-CHALEIRA com tampa e alça de baquelite, confeccionada em alumínio, capacidade aprox. 4 litros. (BR464311).	UNIDADE	20,00	84,08	1.681,60
26	118272-(CHALEIRA EM ACO INOX C/ TAMPA/CABO - CAP MIN 1,5 L)-Chaleira em aço inox ou antiaderente com tampa, com cabo em baquelite, capacidade mínima de 1,5L. (BR378127).	UNIDADE	20,00	85,97	1.719,40
27	113932-(COADOR DE FLANELA C/ CABO EM MADEIRA)-Coador de flanela para café, 100% flanela na cor branca, com aro, cabo de madeira, Tamanho ""G"" , embalados em sacos plásticos individualmente. (BR376592).	UNIDADE	122,00	18,55	2.263,10

23/46



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
28	134619-(COLHER DE SILICONE)-Colher de silicone 25x30 (BR467123).	UNIDADE	20,00	26,11	522,20
29	105722-(COLHER P/ SOPA EM ACO INOX)-COLHER DE SOPA EM ACO INOX (BR232833).	UNIDADE	1.000,00	7,09	7.090,00
30	138015-(COLHER DESCARTÁVEL P/ SOBREMESA PCTE COM 50 UNIDADES)-Colher descartável para sobremesa. Cor: branco/cristal. Tamanho aproximado. 12,5cm x 2,7 cm. Produto atóxico. Pacote com 50 unidades. (BR391002).	UNIDADE	1.519,00	7,55	11.468,45
31	131877-(COLHER P/ ALIMENTACAO DE BEBES)-COLHER DE PLÁSTICO EM POLIPROPILENO PARA ALIMENTAÇÃO DE BEBÊS COM BORDAS ARREDONDADAS, QUE NÃO CONTENHA PVC E SEJA LIVRE DE BISFENOL A. MEDIDAS APROXIMADAS: 15 x 2,5 x 4. (BR235786).	UNIDADE	30,00	17,51	525,30
32	105720-(COLHER P/ ARROZ EM ACO INOX)-COLHER DE ARROZ EM ACO INOX (BR240322).	UNIDADE	20,00	13,44	268,80
33	118275-(COLHER P/ SOBREMESA EM ACO INOX - TAM MIN 150 MM)-Colher para sobremesa toda em aço inox, tamanho mínimo de 15cm. (BR232355).	UNIDADE	500,00	4,35	2.175,00
34	107732-(CONCHA EM ACO INOX 315 MM)-CONCHA em aço inox, med. Aprox. 31,5 cm. (BR397338).	UNIDADE	30,00	33,69	1.010,70
35	104484-(COPO EM VIDRO TRANSPARENTE - TIPO LONG DRINK - CAP 300 ML)-Copo de vidro transparente (long drink). Capacidade mínima 300ml. (BR393858).	UNIDADE	100,00	7,38	738,00
36	113977-(COPO GRADUADO P/ MEDIDA - CAP 550 ML)-Copo para medida, Graduado, plástico ou acrílico, capacidade de 550ml. (BR452371).	UNIDADE	10,00	20,93	209,30
37	113939-(COPO PLASTICO - DIVERSAS CORES - CAP MIN 300 ML)-Copo plástico de polietileno atóxico de alta densidade, não descartável, translúcido, cores diversas, capacidade mínima de 300ml. (BR339710).	UNIDADE	100,00	4,30	430,00
38	104394-(CORDA EM NYLON P/ VARAL - PCTE C/ 20 M)-CORDA DE VARAL em nylon, com 03 mm de 20 metros. (BR312416).	PACOTE	50,00	7,13	356,50
39	111625-(CORTADOR DE MESA EM ALUMINIO P/ LEGUMES - TAM M)- Cortador de legumes de meso tamanho médio indicado para utilização comercial na cor branca. Especificações- Referência: SPL-002- Utilização: comercial- Corpo: alumínio fundido- Macho: PP- Facas: aço inox- Pintura: Epóxi- Pés: tubo de aço 3/8 zincado- Altura: 570mm- Peso: 1,940 kg (BR248855).	UNIDADE	5,00	27,27	136,35

24/46



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
40	118277-(ESCORREDOR DE MASSA EM ACO INOX C/ ALCAS - DIAMETRO MIN 320 MM)-Escorredor de massas com cabo em alças, em aço inox resistente, tamanho aproximado mínimo de 32cm de diâmetro. (BR357209).	UNIDADE	20,00	55,96	1.119,20
41	105729-(ESCUMADEIRA EM ALUMINIO C/ CABO ARREDONDADO N° 14)- ESCUMADEIRA EM ALUMINIO C/ CABO ARREDONDADO N° 14 (BR334588).	UNIDADE	10,00	25,88	258,80
42	113941-(ESCUMADEIRA EM ACO INOX 300 MM)-Escumadeira média em inox. Tamanho mínimo 30cm. (BR282854).	UNIDADE	20,00	18,20	364,00
43	113962-(ESPATULA RASPADORA EM ACO INOX C/ CABO PLASTICO 120 MM)- Espátula raspadora, em inox, cabo plástico de cor branco, Tamanho da lamina (largura) 12cm. (BR334888).	UNIDADE	5,00	20,93	104,65
44	118296-(ESPRESSADOR DE FRUTAS - MOD MANUAL - CAP 500 ML)- Espressador de frutas manual de material plástico com reservatório de capacidade de 500ml. (BR439284).	UNIDADE	30,00	29,56	886,80
45	106269-(ESTRADO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE 400X400X13500 MM)- ESTRADO PLÁSTICO; Placas Moduláveis; Suporta carga estática uniformemente distribuída sem deformação. Encaixe macho/fêmea, confere segurança e perfeita montagem anti-derrapante, permite aeração e alta vazão no escoamento de líquidos. Inalterável a agentes químicos, ácidos, sais e alcalis. Produzido em polietileno de alta densidade - PEAD. Isola a carga do chão evitando o contato com inúmeros microorganismos. Pés de fácil encaixe 135 mm. Dimensões: (CxLxA)400x400mmx13500mm (BR437189).	UNIDADE	100,00	35,50	3.550,00
46	107727-(FACA DE MESA EM ACO INOX C/ PONTA ARREDONDADA 210 MM)- FACA DE MESA lisa, confeccionada em aço inox, ponta arredondada, medindo aproximadamente 21 cm. (BR240329).	UNIDADE	300,00	4,72	1.416,00
47	134486-(FACA MULTIUSO 190 MM - LAMINA LISA)-FACA MULTIUSO PARA DESCASCAR, COM LÂMINA LISA, EM AÇO INOX, CABO ERGONÔMICO EM FIBROX - TAMANHO APROXIMADO 190MM (BR264490).	UNIDADE	20,00	2,64	52,80
48	113965-(FACA P/ CHURRASCO EM ACO INOX 230 MM)-Faca de churrasco, toda em aço inox, com serra e ponta. Tamanho 23cm (BR465714).	UNIDADE	200,00	6,59	1.318,00
49	113968-(FACA P/ CORTE DE CARNE EM ACO INOX N° 8)-Faca para corte de	UNIDADE	20,00	51,01	1.020,20



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
	carne, em aço inox, nº 8, profissional, cabo em polipropileno branco. (BR397159).				
50	104491-(FACA SERRILHADA P/ PAO EM ACO INOX C/ CABO EM POLICARBONATO)-Faca serrilhada em aço inox Cabo de policarbonato com fibra de vidro para corte de pão. (BR397161).	UNIDADE	20,00	24,57	491,40
51	104085-(FILME EM PVC - BOBINA C/ 100 M)-FILME EM PVC - BOBINA C/ 100 M (BR453683).	UNIDADE	145,00	20,47	2.968,15
52	118281-(FORMA P/ EMPADA EM ALUMINIO Nº 0 - TIPO LISO - CJ C/ 12 UNID)-Forma para empada lisa nº 00 ou 0, em alumínio, conjunto com no mínimo 12 unidades, com medidas aproximadamente 4x1,5cm ou 4,5x2cm (BR433259).	CONJUNTO	14,00	23,13	323,82
53	112339-(FORMINHA EM PAPEL P/ CUPCAKE 50X70X40 MM - DIVERSAS CORES/ESTAMPAS - PCTE C/ 100 UNID)-forminha de papel para cupcake. dimensões 5x7x4 cm. pacote com 100 unidades. cores e estampas variadas. (BR450210).	PACOTE	100,00	4,71	471,00
54	103373-(FOSFORO - MACO C/ 10 CX DE 40 PALITOS)-FÓSFORO - maço com 10 caixas com 40 palitos (BR279329).	MAÇO	200,00	6,03	1.206,00
55	100358-(FOSFORO DE SEGURANCA LONGO - CX C/ 200 UNID)-FÓSFORO DE SEGURANÇA, palito longo, com no mínimo 5 cm e em caixa 200 palitos (BR241343).	CAIXA	100,00	5,29	529,00
56	107730-(FRIGIDEIRA ANTIADERENTE EM ALUMINIO - DIAMETRO 320 MM)-FRIGIDEIRA em alumínio revestido, antiaderente, cabo de baquelite antitérmico, diâmetro aprox. 32 cm. (BR334675).	UNIDADE	10,00	76,48	764,80
57	104495-(FRITADEIRA ANTIADERENTE EM ALUMINIO C/ TAMPA/ALCAS 240 MM)-Fritadeira multiuso com tampa. Composição em alumínio com aplicação em antiaderente 24cm, alças de baquelite antitérmico. (BR378180).	UNIDADE	20,00	59,54	1.190,80
58	107733-(GARFO DE MESA EM ACO INOX 210 MM)-GARFO DE MESA confeccionado em aço inox, medindo aproximadamente 21 cm (BR234493).	UNIDADE	300,00	4,16	1.248,00
59	105723-(GARFO P/ SOBREMESA EM ACO INOX)-GARFO DE SOBREMESA EM ACO INOX (BR242582).	UNIDADE	200,00	5,19	1.038,00
60	103603-(GARFO PLASTICO DESCARTAVEL 20,1X125 MM - COR CRISTAL - EMBALAGEM C/ 50 UNID)-GARFO PLÁSTICO DESCARTÁVEL TAM.	EMBALAGEM	3.628,00	5,00	18.140,00



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
	M - cristal, para sobremesa, resistente, material em embalagens em perfeitas condições, por se tratar de produto utilizado em alimentação. GARFO PLÁSTICO descartável de Sobremesa, cristal, Dimensões: 12,5 cm X 2,01 cm. Produto não tóxico. Embalagem com 50 unidades. (BR299963).				
61	138017-(GARFO TRINCHANTE AÇO INOX)-Garfo trinchante. Corpo e cabo em aço inox. Medida aproximada: 33,5cm. (BR378239).	UNIDADE	10,00	30,04	300,40
62	118283-(GARRAFA TERMICA - TIPO BOTIJAO - CAP MIN 9000 ML)-Garrafa Térmica, modelo botijão, com revestimento externo plástico, isolamento com espuma de poliuretano e dupla camada de PEAD (Polietileno de Alta Densidade). Com tripé retrátil e torneira com sistema anti vazamento. Capacidade mínima 9 litros. (BR482953).	UNIDADE	20,00	102,36	2.047,20
63	113942-(GARRAFA TERMICA EM AÇO INOX - CAP MIN 1800 ML)-Garrafa Térmica, com revestimento em aço inox, com verniz. Ampola de vidro. Exclusivo verniz de acabamento que não deixa marcas. Sistema que evita pingos após servir (apertar). Capacidade mínima de 1,8 litros. (BR385399).	UNIDADE	56,00	86,30	4.832,80
64	104402-(GRAMPO EM MADEIRA P/ ROUPAS - PCTE C/ 12 UNID)-Grampo de roupas em madeira - pacote com 12 grampos (BR216218).	PACOTE	50,00	4,88	244,00
65	103372-(GRAMPO EM PLASTICO P/ ROUPAS - PCTE C/ 12 UNID)-GRAMPO DE PRENDER ROUPAS EM VARAL de plástico, pacote c/12 unidades (BR602437).	PACOTE	200,00	4,67	934,00
66	113944-(JARRA PLASTICA C/ TAMP - CAP 4000 ML)-Jarra plástica redonda na cor branca, com tampa de diversas cores, capacidade mínima de 4 litros. (BR277832).	UNIDADE	50,00	22,73	1.136,50
67	139259-(KIT CONFEITEIRO 7 PÇS C/ SACO REUTILIZÁVEL E 6 BICOS EM AÇO INOX)-KIT CONFEITEIRO 7 PÇS C/SACO REUTILIZÁVEL E 6 BICOS EM AÇO INOX - Kit Confeiteiro 7 Peças com Saco Reutilizável e 6 Bicos Inox. Ideal para a decoração de bolos, cupcakes, tortas, biscoito, cookies e sobremesas diversas. Composto por 6 tipos de Bicos de Confeitar todos em Aço Inox e 1 saco confeiteiro Reutilizável de ótima qualidade, fabricação de alto nível. (BR433259).	UNIDADE	12,00	19,12	229,44
68	118285-(LEITEIRA EM ALUMINIO C/ APITO - CAP 1,5 L)-Leiteira com apito, em alumínio, capacidade de 1,5L. Dimensões mínimas aproximadas: 16cm, espessura 0,9mm. (BR252836).	UNIDADE	20,00	36,60	732,00

27/46



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
69	103598-(PALITO DE DENTE EM MADEIRA - EMBALAGEM C/ 100 UNID)-PALITO DE DENTE EM MADEIRA - caixa de papel com 100 unidades (BR338854).	EMBALAGEM	200,00	2,10	420,00
70	104499-(PANELA ANTIADERENTE EM ALUMINIO C/ TAMPÁ - CAP 2L)-Panela com tampa. Composição em alumínio com aplicação de antiaderente 18cm, cabo de baquelite antitérmico. Capacidade mínima 2 litros (BR401610).	UNIDADE	30,00	86,97	2.609,10
71	118295-(PANELA ANTIADERENTE EM ALUMINIO C/ TAMPÁ/ALCAS - TIPO CALDEIRAO - CAP 7 L)-Panela em alumínio com aplicação antiaderente tipo caldeirão com tampa, com alças em baquelite, capacidade de 7 litros. (BR416484).	UNIDADE	30,00	100,39	3.011,70
72	107745-(PANELA ANTIADERENTE EM ALUMINIO C/ TAMPÁ - CAP 3 L)-PANELA com tampa. Composição em alumínio com aplicação antiaderente, diâmetro 20cm, cabo de baquelite antitérmico. Capacidade mínima 3 litros. (BR416483).	UNIDADE	30,00	106,82	3.204,60
73	104500-(PANELA DE PRESSAO ANTIADERENTE EM ALUMINIO C/ VALVULA DE SEGURANCA - CAP 4,5 L)-Panela de pressão. Composição em alumínio com aplicação de antiaderente de 4,5 litros com válvula de segurança em polietileno, cabo anatômico antitérmico (BR222364).	UNIDADE	20,00	76,45	1.529,00
74	118287-(PANELA DE PRESSAO EM ALUMINIO C/ VALVULA DE SEGURANCA - CAP 10 L)-Panela de pressão, em alumínio, com cabo em baquelite, com válvula de segurança. Capacidade de 10L (BR421715).	UNIDADE	10,00	164,52	1.645,20
75	107741-(PANELA DE PRESSAO EM ALUMINIO C/ VALVULA DE SEGURANCA - CAP 7 L)-PANELA DE PRESSÃO, em alumínio, com capacidade de 07 L ,com válvula de segurança e cabo reforçado. (BR222367).	UNIDADE	20,00	108,59	2.171,80
76	118286-(PANELA PIPOQUEIRA EM ALUMINIO - CAP MIN 3 L)-Panela Pipoqueira em alumínio polido e cabo em baquelite. Tampa com furos para saída do vapor e de sistema de mistura giratório. Cabos em baquelite. Capacidade mínima de 3 litros. (BR482940).	UNIDADE	10,00	93,22	932,20
77	103599-(PAPEL ALUMINIO 300X7500 MM)-PAPEL ALUMINIO 300X7500 MM - PAPEL ALUMÍNIO - em rolo, isento de furos e rasgos, com dimensões aproximadas de 30cm de largura x 7,5 m de comprimento, embalados individualmente, reembalados em caixa de	ROLO	1.137,00	8,45	9.607,65

28/46



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
	papelão, conforme a praxe do fabricante de forma a garantir a higiene e integridade do produto até o uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. (BR252642).				
78	104116-(PAPEL MANTEIGA 30CM X 7,5M)-PAPEL MANTEIGA: em rolo, isento de furos e rasgos, com dimensões aproximadas de 30cm de largura x 6,5 m de comprimento, embalados individualmente, reembalados em caixa de Papelão, conforme a praxe do fabricante de forma a garantir a higiene e integridade do produto até o uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. (BR471825).	ROLO	47,00	9,69	455,43
79	118291-(PEDRA EM OXIDO DE ALUMINIO P/ AFIAR FACAS)-Pedra para afiar faca, em óxido de alumínio, de um lado granulação mais grossa e do outro granulação mais fina. Dimensões aproximadas (AxLxP), 18,5x 6,5x 3,1cm. (BR264544).	UNIDADE	10,00	51,73	517,30
80	113970-(PEGADOR P/ MASSAS EM ACO INOX 300 MM - TIPO DENTADO)-Pegador universal dentado para massas, em inox, tamanho médio, com no mínimo 30cm. (BR441331).	UNIDADE	20,00	23,55	471,00
81	134630-(PENEIRA EM INOX 180 MM - TAM M)-Peneira média em inox 18cm (BR283231).	UNIDADE	14,00	22,13	309,82
82	120273-(PESO DE PINO P/ TAMPA DE PANELA DE PRESSAO)-Peso de pino da tampa da panela de pressão.	UNIDADE	20,00	8,38	167,60
83	100016-(PORTA FILTRO DE CAFE N° 103)-PORTA FILTRO DE CAFE N° 103 - material em plástico resistente, tradicional, com ranhuras verticais internas p/filtragem mais rápida, base projetada para adaptação em garrafa térmica. 13 cm altura, 15 cm de largura. - Ref. 103 (BR237589).	UNIDADE	20,00	10,17	203,40
84	104506-(POTE HERMETICO EM PLASTICO C/ TAMPA - FORMATO QUADRADO - CAP 1,2 L)-Pote Hermético com tampa em Plástico, quadrado, transparente capacidade mínima 1,2 litros. (BR302439).	UNIDADE	100,00	19,63	1.963,00
85	104507-(POTE HERMETICO EM PLASTICO C/ TAMPA - FORMATO QUADRADO - CAP 3,6 L)-Pote Hermético com tampa em Plástico, quadrado, transparente capacidade mínima 3,6 litros. (BR302439).	UNIDADE	100,00	21,99	2.199,00
86	113987-(POTES PLASTICOS P/ MANTIMENTOS - CJ C/ 5 PECAS)-Conjunto de potes para mantimentos, em plásticos de polietileno atóxico de alta densidade, redondo, com tampa de rosca,	UNIDADE	20,00	50,41	1.008,20

29/46



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
	potes transparentes incolor e tampas coloridas de diversas cores, conjunto com 5 peças de tamanhos diferentes (1 pote 7,6L / 1 pote 4,5L / 1 pote 3,2L / 1 pote 1,8L / 1 pote 720ML). (BR484196).				
87	138018-(PRATO DE MELAMINA RASO BRANCO)-Prato. Material: Melamina, modelo: raso. Cor: branco. Diâmetro aproximado: 23 cm. Não utilizar em: micro-ondas e forno. (BR473172).	UNIDADE	500,00	5,30	2.650,00
88	117785-(PRATO DESCARTAVEL EM PAPELAO N° 10 - DIAMETRO 330 MM - PCTE C/ 100 UNID)-PRATO EM PAPELÃO - DESCARTÁVEL N° 10 - PACOTE COM 100 UNIDADES. DIÂMETRO DE 330 MM (BR222380).	PACOTE	10,00	28,47	284,70
89	104511-(PRATO EM VIDRO TEMPERADO TRANSPARENTE - TIPO FUNDO)-Prato fundo em vidro temperado (transparente) alta resistência. (BR222372).	UNIDADE	200,00	7,75	1.550,00
90	105715-(PRATO EM VIDRO TEMPERADO - COR TRANSPARENTE - TIPO RASO)-Prato raso em vidro temperado (transparente) alta resistência. (BR222373).	UNIDADE	200,00	12,25	2.450,00
91	106235-(PRATO LAMINADO DESCARTAVEL 370 MM - COR PRATA)-PRATO LAMINADO DESCARTAVEL 370 MM - COR PRATA - PRATO LAMINADO N° 8. Diâmetro: 37 cm . Altura: 0.3 cm Composição: Papelão à Base de Água, Alumínio e Polietileno. Cor: Prata (BR447318).	UNIDADE	20,00	2,83	56,60
92	105714-(PRATO P/ SOBREMESA EM VIDRO TEMPERADO - COR TRANSPARENTE)-Prato para sobremesa em vidro temperado (transparente) alta resistência. (BR338852).	UNIDADE	200,00	5,99	1.198,00
93	100641-(PRATO PLASTICO - COR AZUL - TIPO FUNDO - CAP 450 ML)-Prato plástico de polipropileno natural, capacidade 450 ml.Tipo fundo, na cor azul (BR287014).	UNIDADE	200,00	3,72	744,00
94	103600-(PRATO PLASTICO DESCARTAVEL - DIAMETRO 150 MM - TIPO FUNDO - PCTE C/ 10 UNID)-PRATO PLÁSTICO DIÂMETRO 15 CM - Material: plástico descartável branco, Diâmetro: 15 cm, Aplicação: refeições, Unidade de Fornecimento: pacote com 10 unidades. (BR396635).	PACOTE	4.301,00	8,64	37.160,64
95	113972-(RALADOR EM ACO INOX 230X110 MM - 4 FACES)-Ralador com 4 faces, em aço inox e cabo emborrachado. Tamanho mínimo 23 x 11cm. (BR261597).	UNIDADE	10,00	16,67	166,70



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
96	105887-(ROLO EM POLIETILENO P/ MASSAS 500 MM - DIAMETRO 40 MM)-ROLO P/ MASSA EM POLIETILENO 500 MM - DIAMETRO 40 MM (BR320821).	UNIDADE	10,00	61,21	612,10
97	104702-(SACO EM PAPEL P/ PIPOCA 40X75X165 MM - COR BRANCO - PCTE C/ 100 UNID)-SACO DE PAPEL para pipoca n° 3, prático e higiênico, monolúcido, tamanho mínimo de 75 X 165 X 40 mm, embalagem com 100 unidades. (BR349022).	PACOTE	1.139,00	23,43	26.686,77
98	104704-(SACO PLASTICO P/ CACHORRO-QUENTE 110X200 MM - PCTE C/ 100 UNID)-SACO PLÁSTICO para cachorro quente, monolúcido, tamanho mínimo de 110 x 200 mm, embalagem com no mínimo 100 unidades. (BR300738).	PACOTE	859,00	21,69	18.631,71
99	102743-(SACO PLASTICO TRANSPARENTE 230X340 MM - BOBINA C/ MIN 500 UNID)-SACO PLÁSTICO transparente para alimentos, bobina picotada com no mínimo 500 unidades, tamanho mínimo de 230 x 340 mm. Reembalados conforme praxe do fabricante de forma a manter a integridade do produto até o momento do uso. (BR605320).	UNIDADE	711,00	31,22	22.197,42
100	102745-(SACO PLASTICO TRANSPARENTE 400X600 MM - BOBINA C/ MIN 500 UNID)-SACO PLÁSTICO transparente para alimentos, bobina picotada com no mínimo 500 unidades, tamanho mínimo de 400 x 600 mm. Reembalados conforme praxe do fabricante de forma a manter a integridade do produto até o momento do uso. (BR429966).	UNIDADE	594,00	39,04	23.189,76
101	119644-(SACO PLASTICO TRANSPARENTE P/ CESTA BASICA - EMBALAGEM C/ 100 UNID)-SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE PARA CESTA BÁSICA MEDINDO 52x85x0,10 contendo 100 unidades (BR353776).	EMBALAGEM	400,00	54,66	21.864,00
102	113983-(SALADEIRA EM VIDRO - TIPO TIGELA - CAP 1000 ML)-Tigela de preparo tipo saladeira, em vidro transparente incolor, capacidade de 1000ml. (BR456581).	UNIDADE	30,00	33,55	1.006,50
103	137219-(SUPORTE P/ COADOR DE CAFE EM PANO CROMADO/INOX C/ BASE P/ BULE)-Suporte para coador de pano com no mínimo 38 cm de altura e 16 cm de largura. Em metal cromado ou inox, com base para bule. (BR441357).	UNIDADE	20,00	16,26	325,20
104	105739-(TABUA P/ CORTE EM POLIPROPILENO 300X400 MM)-Tabua para corte, retangular em polietileno,	UNIDADE	30,00	44,34	1.330,20

31/46



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
	Espessura fina, Dimensões aproximadas 300X400 MM				
105	101914-(TERMOMETRO DIGITAL MAXIMA/MINIMA - TIPO ESPETO)- TERMÔMETRO DIGITAL DE PONTEIRA - Termômetro digital de máxima e mínima tipo espeto. Visor em cristal líquido de fácil visualização. Haste em aço inox. Função ° C / ° F, botão liga/ desliga e desligamento automático. Resistente a água. Acompanha proteção para haste e clip para cinto; Cor: branco; Faixa de escala: -50° a 150° C; Memória de mínima e máxima; Indicação de temperatura em ° C e ° F selecionável; Precisão: ± 1° C / ± 1,8° final de escala; Haste de penetração em inox 316 com Ø 3,5 x 120mm; Temperatura ambiente: -10° a 50° C Tempo de resposta: 7 segundos. Manual de instruções em português. (BR467307).	UNIDADE	5,00	111,36	556,80
106	101921-(TERMOMETRO DIGITAL P/ GELADEIRA/CX TERMICA DE VACINAS)- Termômetro máximo e mínimo Digital: Para uso interno/externo, com função máxima e mínima. Dois visores de cristal líquido (LCD) de três dígitos. Fabricado em plástico ABS. Sensor com ponteira de aço inox. Resert unificado. Características: Escala interna: -10 50° C / -14 122° F; Escala externa: -50 70° C / -56 158° F; Resolução: 1° C / 1° F; Precisão: ± 1° C / ± 1° F; Dimensões: 30x70x18mm; Peso aproximado: 79g. Com alarme sonoro para sensor. Pilha 1x1, 5V AAA; Cabo com ponta plástica 1,8m. Normativas: A empresa ganhadora deverá apresentar ao Órgão Responsável, um Certificado declarando que consta a Assistência Técnica no Estado do Paraná e quem é o responsável. Tempo de garantia deve ser no mínimo de 2 anos e passará a contar a partir da data de instalação. Deverá ser apresentado um Certificado de Garantia. Manual do equipamento em português. O equipamento deverá ser CERTIFICADO pelo INMETRO. (BR408993).	UNIDADE	5,00	142,16	710,80
107	104516-(TIGELA EM VIDRO TEMPERADO C/ TAMPA - TIPO REDONDO - CAP 2,4 L)-Tigela redonda Grande em vidro temperado resistente a impacto e pequenas quedas com Tampa Plástica 2,4 litros (BR306730).	UNIDADE	30,00	54,67	1.640,10
108	104517-(TIGELA EM VIDRO TEMPERADO C/ TAMPA - TIPO REDONDO - CAP 600 ML)-Tigela redonda pequena em vidro temperado resistente a	UNIDADE	30,00	20,74	622,20

32/46



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
	impacto e pequenas quedas com tampa plástica. Capacidade mínima 600ml. (BR321040).				
109	106289-(TOALHA EM CELOFANE 380 MM- COR BRANCO - MOD REDONDO - PCTE C/ 100 UNID)-TOALHA DE CELOFANE redonda 38 cm, fundo rendado, branco. Pacote com 100 unidades. (BR467636).	PACOTE	500,00	48,98	24.490,00
110	103604-(TOUCA DESCARTAVEL CLIPADA - CX C/ 100 UNID)-TOUCA DESCARTÁVEL - clipada, com 100 unidades. (BR428619).	CAIXA	871,00	15,23	13.265,33
111	119295-(XICARA C/ PIRES EM VIDRO - CAP MIN 180 ML)-XICARA DE CHA COM PIRES, EM VIDRO TRANSPARENTE INCOLOR, CAPACIDADE MINIMA DE 180ML (BR220125).	UNIDADE	200,00	20,34	4.068,00
112	113986-(XICARA C/ PIRES EM VIDRO - CAP MIN 80 ML)-Xicara de café com pires, em vidro transparente incolor, capacidade para mínima 80ml. (BR220096).	UNIDADE	200,00	9,10	1.820,00
113	134485-(CONCHA EM ALUMINIO 610 MM)-CONCHA EM ALUMÍNIO GRANDE APROX. 610 MM. (BR304464).	UNIDADE	20,00	38,46	769,20
114	104509-(POTE HERMETICO EM PLASTICO C/ TAMPA - 4 DIVISORIAS - CAP 1,2 L)-Pote Hermético com tampa em Plástico com 4 divisórias, transparente capacidade mínima 1,2 litros.	UNIDADE	100,00	25,40	2.540,00
115	132147-(PALLET EM POLIETILENO/POLIPROPILENO 1200X1000X155 MM - COR PRETO)-PALLET EM POLIETILENO/POLIPROPILENO 1200X1000X155 MM - COR PRETO Especificações:Fabricados em polietileno ou polipropileno na cor preta; Dimensão aproximada: 1200 mm x 1000 mm x 155mm; capacidades mínimas de Carga estática: 7500 kg, Carga dinâmica: mínimo 1500 kg, Carga em estantes: mínimo 800 kg. (BR603605).	UNIDADE	30,00	154,25	4.627,50
116	108847-(CAPACHO PERSONALIZADO EM VINIL VULCANIZADO 800X1200 MM)-Capacho de vinil vulcanizado com 10mm personalizado 1,20x0,80	UNIDADE	30,00	176,01	5.280,30
117	115836-(CAPACHO PERSONALIZADO EM VINIL VULCANIZADO 800X500 MM)-CAPACHO PERSONALIZADO EM VINIL VULCANIZADO 800X500 MM - Capacho de vinil vulcanizado com 10mm personalizado 80X50 cm	UNIDADE	50,00	94,95	4.747,50



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

Conforme o inciso III do artigo 48 da Lei Complementar 123/2006 e alterações, os itens abaixo são bens de natureza divisível referente às cotas de 75% ou mais (Ampla Concorrência) e de até 25% (Exclusivo ME/EPP)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	COTA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
118	138444-(SACOLA PLÁSTICA 50 X 60 - 7 MICRAS)-SACOLA PLÁSTICA 50 X 60 - 7 MICRAS - reforçada com alça, modelo camiseta. Cor verde. Medindo 50 x 60 com 7 micras, pesando 20g a unidade. Embalagem: fardo contendo 100 unidades (BR466972).	EMBALAGEM	75% Ampla Concorrência	1.500,00	51,93	77.895,00
119	138444-(SACOLA PLÁSTICA 50 X 60 - 7 MICRAS)-SACOLA PLÁSTICA 50 X 60 - 7 MICRAS - reforçada com alça, modelo camiseta. Cor verde. Medindo 50 x 60 com 7 micras, pesando 20g a unidade. Embalagem: fardo contendo 100 unidades (BR466972).	EMBALAGEM	25% Exclusivo ME/EPP	500,00	51,93	25.965,00

TOTAL GERAL: R\$ 468.455,64 (quatrocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ANEXO III

MODELO DA CARTA PROPOSTA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º [Nº PREGÃO]/2026 - SERMALI.

A empresa [RAZÃO SOCIAL] com sede na cidade de [MUNICÍPIO SEDE], Rua/Avenida/Etc [NOME LOGRADOURO], n.º [NÚMERO ENDEREÇO], Bairro [BAIRRO ENDEREÇO], com CNPJ sob n.º [NÚMERO CNPJ], propõe a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, [OBJETO LICITAÇÃO], conforme subitem 1.1 do edital em epígrafe, de acordo com a Cotação de Preços e anexos a seguir e nas seguintes condições:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição – Marca/Modelo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ ---- (em algarismos e por extenso)					

- a) Declaramos que concordamos integralmente com as condições estipuladas na presente licitação e se vencedor deste certame, nos submeteremos ao cumprimento de seus termos.
- b) Declaramos ainda que nossa empresa não foi declarada inidônea nem encontra-se suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- c) Para fins do disposto no Prejulgado 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Acórdão 2745/10 – TCE/PR, declaramos que não possuímos sócio, cotista ou dirigente, bem como não possuímos em nosso quadro funcional nem iremos contratar empregados com incompatibilidades com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção, de chefia, de assessoramento, que seja membro da comissão de licitação, Pregoeiro ou autoridade ligada à contratação.
- c.1) Essa declaração possui validade enquanto perdurar o prazo de vigência/execução do Instrumento Contratual em tela.
- c.2) Estou ciente de que qualquer alteração nas condições aqui declaradas obrigam a imediata comunicação à Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- d) Se vencedora, na qualidade de representante legal, assinará a Ata de Registro de Preços, o Sr(a). [NOME REPRESENTANTE], portador(a) da carteira de identidade RG nº [NÚMERO IDENTIDADE] e CPF/MF nº [NÚMERO CPF].
- e) A validade da proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de recebimento das propostas, conforme estipulado no presente edital.
- f) Para contato informamos:
- Responsável/Representante Legal (nome completo): [NOME RESPONSÁVEL]
- Telefone Fixo n.º: ([DDD]) [NÚMERO TELEFONE]
- Telefone Celular n.º: ([DDD]) [NÚMERO CELULAR]
- E-mail: [E-MAIL]

[LOCAL] / [DATA]

Nome, RG e assinatura do Responsável ou Representante Legal



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA - Lei nº 14.133/2021 – AQUISIÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º [NÚMERO ATA]/2026-SERMALI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS E A EMPRESA [RAZÃO SOCIAL].

O **Município de São José dos Pinhais**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Passos de Oliveira, n.º 1101, Bairro Centro, CEP 83.030-720 e inscrito(a) CNPJ sob n.º 76.105.543/0001-35, neste ato representado pela Prefeita Municipal **Margarida Maria Singer**, portadora da Matrícula Funcional nº 22282-0, empossada a partir de 01º de janeiro de 2025, e pelo Secretário Municipal de [SECRETARIA REQUISITANTE] [NOME SECRETÁRIO], portador da Matrícula Funcional nº [MATRÍCULA SECRETÁRIO], nomeado pela Portaria nº [PORTARIA NOMEAÇÃO], de [DATA NOMEAÇÃO], publicada no *Diário Oficial do Município* de [DATA PUBLICAÇÃO NOMEAÇÃO], doravante denominado **MUNICÍPIO**, e o(a) profissional/empresa [NOME/RAZÃO SOCIAL], inscrito(a) no CPF ou CNPJ/MF sob o nº [NÚMERO CPF/CNPJ], residente ou sediado(a) na [ENDEREÇO], doravante designado **DETENTOR(A) DA ATA**, neste ato representado(a) por [NOME E FUNÇÃO NO CONTRATO], conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta na Solicitação de Contratação nº 509/2025 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico n.º [NÚMERO PREGÃO]/2026-SERMALI, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços [OBJETO]**, conforme abaixo relacionados, considerando as condições dispostas no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação nº [NÚMERO PREGÃO]/2026 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)					
Item	Especificação (marca / modelo)	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

36/46



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme Art. 265, § 1º do Decreto Municipal nº 5807 de 29 de dezembro de 2023.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações públicas - PNCP (art. 94 da Lei nº. 14.133/2021), sem prejuízo da publicação no Diário Oficial do Município de forma complementar (art. 175 da Lei nº. 14.133/2021), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo Município por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4.13. A prorrogação que trata o item 4.1. será formalizada por meio de termo aditivo.

4.13.1. Esgotados os quantitativos ou previsão de gastos desta ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra acumulação de saldos entre os períodos.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata

38/46



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

5.1.3.2. Os preços contratados serão reajustáveis a partir de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado **[DIA]/[MÊS]/[ANO]**, nos termos do art. 25, § 7º da Lei n.º 14.133/2021 com base no IPCA/FGV (ou em sua falta, o índice que vier a substituí-lo) ou, ainda, em índice mais favorável para a Administração Pública mediante negociação.

5.1.3.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município ora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o Município convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o Município procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao Município a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Município e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o Município convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o Município procederá o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o Município atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo Município, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o Município, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do Município, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o Município poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Município, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

8. DO PAGAMENTO

8.1. A Detentora da Ata deverá apresentar a **NOTA FISCAL** através do portal do Fornecedor (www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-administracao/portal-do-fornecedor/).

8.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida pelo mesmo estabelecimento (matriz ou filial) cujo CNPJ comprovou sua habilitação, a qual não poderá conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo nela constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

RUA PASSOS DE OLIVEIRA N.º 1101 - CENTRO - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR

CEP: 83.030-720

CNPJ N.º 76.105.543/0001-35

INSCRIÇÃO ESTADUAL – ISENTA

EMPENHO N.º _____/202_.

8.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a detentora da ata providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. A Administração deverá realizar consulta, conforme item anterior, para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.7. Constatando-se a situação de irregularidade da detentora da ata, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Município deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à

41/46



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

inadimplência da detentora da ata, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.9. Persistindo a irregularidade, o Município deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento da ata nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a detentora da ata a ampla defesa.

8.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento da ata, caso a detentora da ata não regularize sua situação.

8.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela detentora da ata, com base no fornecimento efetuado, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da fatura correta que deverá corresponder ao produto efetivamente fornecido.

8.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.13.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.14. A detentora da ata regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.15. No caso de atraso pelo Município, os valores devidos à detentora da ata serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e na sua falta, aquele que vier a substituí-lo.

8.16. A liberação do pagamento fica vinculada à apresentação da NOTA FISCAL através do portal do Fornecedor (www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-administracao/portal-do-fornecedor/), juntamente com a comprovação da continuidade das condições de habilitação, em especial:

8.16.1. Prova de Regularidade (certidão) relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), em plena validade.

8.16.2. Certidão que comprove Regularidade de Tributos Municipais junto ao Município de São José dos Pinhais, em plena validade.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas nesta Ata.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

9.2. É da competência do Município a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a detentora da ata que:

- a) der causa à inexecução parcial da Nota de Empenho;
- b) der causa à inexecução parcial da Nota de Empenho que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da Nota de Empenho;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto registrado sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- f) praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

9.4. Serão aplicadas a detentora da ata que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando a detentora da ata der causa à inexecução parcial da Nota de Empenho, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

- 1. Moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a incidência de 30% (trinta por cento). Após o 30º (trigésimo) dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; a partir do 31º (trigésimo primeiro) será cabível a multa compensatória;
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.3, de 15% a 30 % do valor da Nota de Empenho.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.3, de 15% a 30% do valor da Nota de Empenho.
- 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 9.3, a multa será de 5% a 15% do valor da Nota de Empenho.
- 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 9.3, a multa será de 5% a 15% do valor da Nota de Empenho.



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 9.3, a multa será de 5% a 15% do valor da Nota de Empenho.

9.5. Para a aplicação de qualquer penalidade contratual será imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, nos termos da Lei 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal n.º 5.807, de 2023.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital ou no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços seguirá o Decreto Municipal n.º 5.807, de 2023.

11.2. Para a gestão e fiscalização desta Ata pela Administração foram designados os seguintes servidores, conforme Portaria n.º [NÚMERO PORTARIA]/202_:

– **GESTOR(A):** [NOME GESTOR], Matrícula Funcional n.º [MATRÍCULA GESTOR];

– **GESTOR(A) SUPLENTE:** [NOME GESTOR SUPLENTE], Matrícula Funcional n.º [MATRÍCULA GESTOR SUPLENTE];

– **FISCAL:** [NOME FISCAL], Matrícula Funcional n.º [MATRÍCULA FISCAL];

– **FISCAL SUPLENTE:** [NOME FISCAL SUPLENTE], Matrícula Funcional n.º [MATRÍCULA FISCAL SUPLENTE].

11.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da detentora da Ata, pelos danos causados ao Município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o **Foro da Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná**, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não puderem ser compostos pela conciliação.

12.2. Para firmeza e validade do pactuado, depois de lida e achada em ordem, vai a presente Ata assinada pelas partes.

São José dos Pinhais, [dia] de [mês] de [ano].

MARGARIDA MARIA SINGER
PREFEITA MUNICIPAL

44/46



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

[NOME SECRETÁRIO]
SECRETARIO MUNICIPAL DE [NOME SECRETARIA]

DETENTORA DA ATA

TESTEMUNHAS:



Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO / SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO N.º 349/2025 - DECOL

Anexo I da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)				
X	Especificação (marca / modelo)	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

Para os fornecedores que mantiveram sua proposta original, será obedecida a ordem de classificação, constante no Compras.gov.